



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº:	1012056-09.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Homologação de Transação Extrajudicial - Transação
Requerente	LISANDRO ACACIO PERNA , CPF 139.516.008-29, RG 17038342, Santos Dumont, 260, Vila Celina, CEP 13566-445, São Carlos - SP ROSANGELA MARIA SOUSA , CPF 754.243.553-15, RG 36045928, Santos Dumont, 260, Vila Celina, CEP 13566-445, São Carlos - SP

Juiz de Direito: **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Recebo a emenda à inicial de fls. 20-32. Em consonância com os Arts. 322, §2º, e 489 § 3º, ambos do CPC, celebrando o princípio da boa-fé processual e, analisando a nova documentação juntada aos autos, defiro os benefícios da **assistência judiciária gratuita** aos autores. **Anote-se.**

Trata-se de pedido de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável e partilha dos bens. Anoto que, diante do caráter voluntário desta ação e, ainda, da incidência do princípio da boa-fé processual, que é um dever de todos aqueles que participam do processo, nos termos do artigo 5º do Código de Processo Civil, é de exclusiva responsabilidade da parte eventuais irregularidades e/ou omissões que possam resultar em prejuízo à terceiros.

Portanto, resguardados eventuais direitos de terceiros quanto aos bens partilhados, **HOMOLOGO**, por sentença o acordo estabelecido entre as partes, para que surta os efeitos legais e jurídicos. Fica reconhecida e dissolvida a união estável entre as partes, com início em 01.02.2005 e dissolução em 01.10.2017, observando-se as cláusulas da petição) de fls. 01-03. Com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito.

Considerando que a celebração de acordo é ato incompatível com o direito de recorrer, nos moldes do artigo 1000 do CPC, **fica desde logo anotado o trânsito em julgado na data da assinatura digital desta sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Determino:

1. Notifique-se a Fazenda Pública Estadual para eventual lançamento administrativo quanto aos tributos, sendo desnecessária a manifestação nestes autos.
2. De acordo com o Provimento 31/2013 das Normas da Corregedoria, desnecessária a expedição de carta de sentença, neste Ofício Judicial, ficando facultado ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

interessado e/ou seu(sua) Advogado, informar o número do processo digital a um dos Cartórios de Notas da Comarca, para que este providencie a expedição.

3. Cumpridas as determinações, archive-se.

4. P. I.

São Carlos, 08 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**